



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRABALHO INFANTIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0184/14	DATA: 26/03/2014	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 15h26min	TÉRMINO: 17h16min	PÁGINAS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PRISCILA FONSECA DA CRUZ - Diretora Executiva do Todos pela Educação.
CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.
TIAGO MANGGINI - Integrante do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

SUMÁRIO

Debate sobre evasão escolar em função do trabalho infantil e medidas para manter as crianças e adolescentes na escola.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Há intervenção fora do microfone. Inaudível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Boa tarde.

Declaro aberta a 15ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil e dá outras providências.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 11ª, 12ª, 13ª e 14ª reuniões. Eu gostaria de saber se algum Parlamentar acha que há necessidade da leitura.

A SRA. DEPUTADA NILDA GONDIM - Não, Sra. Presidente. Nós dispensamos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada.

Dispensada a leitura das atas pela Deputada Nilda Gondim.

Não havendo discussão, as atas irão para a votação.

Os Deputados que apoiam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Essa reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos o tema *Evasão escolar em função do trabalho infantil e medidas para manter as crianças e adolescentes na escola*, com exposições da Sra. Clélia Brandão Craveiro, Diretora de Políticas de Educação de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, representando o Sr. José Henrique Paim Fernandes, Ministro de Estado da Educação, a quem eu gostaria de chamá-la para compor a Mesa; do Sr. Tiago Manggini, integrante do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, representando o Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a quem também convido para compor a nossa Mesa; e da Sra. Priscila Fonseca da Cruz, Diretora-Executiva do Todos pela Educação, a quem nós também gostaríamos de chamar para compor a nossa Mesa.

O nosso tempo destinado às pessoas que estão aqui, aos expositores, o nosso tempo será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados. Os Deputados que desejarem fazer alguma interrogação deverão se inscrever.

Nós vamos passar a palavra para a Sra. Priscila Fonseca da Cruz, que fará a exposição do tema direcionado à Mesa.



A SRA. PRISCILA FONSECA DA CRUZ - Boa tarde a todas e a todos. Quero agradecer o convite desta Comissão para vir falar de um assunto que é tão importante, que é essa relação entre educação e trabalho infantil, e o que a gente pode fazer para combater algo que é tão ruim, como eu vou poder mostrar aqui, para as crianças, mas também para a própria sociedade brasileira. Quero cumprimentar a Deputada Sandra Rosado; cumprimentar aqui a nossa companheira Clélia, de tantas bancadas e tantos projetos; cumprimentar o Tiago também, grande parceiro, e a Campanha, uma organização que vem batalhando muito para a educação pública do Brasil.

Queria só fazer um breve parêntese. Acho que a educação ganhou as pautas. A sociedade está cada vez mais atuante. Então, é importante essa Comissão, é importante esse debate, justamente para a gente conseguir chegar a soluções, Deputada. Acho que a gente está aí num momento de alguns avanços, mas muitos desafios, e a relação entre trabalho infantil e educação é muito próxima. Então, acho que não é só no trabalho infantil, é na saúde, é no desenvolvimento do País, é em tantas outras áreas. Então, acho que colocar a educação de forma transversal como esta Comissão colocou é importantíssimo para a gente ter um plano maior de país e colocar a educação como grande política social.

O que eu trouxe para vocês, na intenção de contribuir para os debates e para a reflexão desta Comissão, é um acúmulo mais recente das pesquisas que justamente relacionam a educação e trabalho infantil.

(Segue-se exibição de imagens.)

O que os estudos mais recentes têm analisado de forma mais atenta? A relação entre a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe da família, a idade em que os pais começaram a trabalhar e o local da residência das crianças dessas famílias e o seu impacto no trabalho infantil, se isso aumenta ou diminui o trabalho infantil. Essas são as variáveis mais comuns e que têm um maior acúmulo de pesquisas. Por isso que eu fiz esse sumário para vocês.

Então, o que a gente tem de forma geral? Não sei se dá para todo mundo enxergar, não sei se quem está no fundo enxerga...



Há alguns achados: primeiro, a criança que mora com famílias chefiadas por mulheres tem mais probabilidade de trabalhar. Por quê? Não é pela mãe, não é pelo fato de ser a mulher, mas porque, em geral, e mesmo quando a gente controla por renda, o que acontece é que as famílias chefiadas por mulheres têm uma maior vulnerabilidade, já são famílias em que a mulher está ali sozinha, está tendo que carregar a família inteira sozinha nas costas. Muitas vezes, por outros estudos, como o Todos pela Educação, a gente também percebe, principalmente na Região Norte e Nordeste, que são crianças que nem conhecem os pais. Então, essa situação geral de vulnerabilidade é que faz com que isso aumente a probabilidade de a criança trabalhar, não é o fato de ser mulher ou homem, obviamente, mas é porque existe uma maior vulnerabilidade justamente nessas famílias, mesmo quando a gente controla por renda. Então, aqui tem o controle da renda.

O outro achado mais recente... Vocês vão perceber que não tem nada que assusta ou que está dentro... ou que é o contrassenso. Em geral, a gente tem aí o senso comum refletido nessas pesquisas.

O outro achado é que a área rural tem mais crianças que trabalham. Claro que a gente tem aí uma questão do próprio modo de trabalho das áreas rurais. Mas também... Quando a gente isola os fatores, o que a gente enxerga e consegue identificar é que, como as escolas nas áreas rurais são escolas com uma infraestrutura mais precária, estão em região mais distante, as crianças precisam se deslocar mais para chegar às escolas, isso também tem o seu efeito no trabalho infantil.

Outro ponto — eu vou passar para vocês um vídeo sobre isso, só para gente ter aqui um momentozinho de lirismo, porque esse é um filme muito bonito — que a gente precisa quebrar é o ciclo perpétuo de exclusão e pobreza porque os pais que trabalharam na infância tendem a colocar os seus filhos para trabalhar na infância também.

Como a gente vem... A Profa. Clélia é a superespecialista nesse assunto aqui nesta mesa. Como a gente tem décadas de descaso com a educação, séculos de descaso, em que a gente tinha uma população, que era a maioria da população brasileira, fora da escola, é muito recente ter uma parcela maior das crianças nas



escolas. Muitas dessas crianças tiveram pais que não estudaram e pais que trabalharam durante a infância.

Então, essas são crianças que têm maior chance de também trabalharem na infância. Portanto, o fato de os pais terem trabalhado na infância aumenta a sua probabilidade de trabalhar na infância.

Sobre o assunto do quanto a mudança geracional pode ser perversa no caso de uma criança ser filha de pais que trabalharam na infância... Eu vou pedir para a gente assistir a um filme curto, feito pelo UNICEF e que mostra justamente isso de forma mais lírica para todos nós.

Pode passar.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PRISCILA FONSECA DA CRUZ - Bom, era só para dar um *break* aqui. Mas é justamente essa história que se repete — eu sempre fico emocionada com esse filme, porque é justamente isso que acontece, é um círculo vicioso. Está todo mundo chorando aqui um pouquinho.

(A oradora se emociona.)

Bom, então é exatamente isso, porque vai uma Maria e entra outra Maria, e a coisa não... e é justamente isso, o que a comprovação científica — agora a gente entra num outro patamar — é justamente isso que mostra, que os pais que trabalharam na infância e os seus filhos tendem a trabalhar, porque eles acabam reproduzindo o modelo que têm na cabeça.

Bom, e aí existe uma outra lógica que também a gente tem de sempre ter na cabeça que é aquela história, e a teoria econômica discute muito isso, que é você trocar um ganho presente por um ganho futuro. Por que programas — vou falar um pouquinho rapidamente sobre isso também — como o Bolsa Família, programas que garantem a rendas têm, sim, um impacto nisso? Porque a família consegue ter um ganho no presente que alivia as pressões e ela consegue fazer a escolha pelo ganho futuro.

Uma coisa que a gente tem visto hoje cada vez mais nas famílias, a gente acompanha isso lá no Todos pela Educação também, é que as mães, principalmente, elas têm muita consciência de que é pela educação que seu filho vai



ter uma vida melhor. Acontece que, se ela puder fazer essa escolha pelo ganho futuro do seu filho, ela vai fazer.

Então, tirar essa pressão da família que está no meio da pobreza e que precisa ter aquele ganho imediato alivia e muito o trabalho infantil, reduz esse tipo de trabalho, porque o tempo inteiro as famílias estão fazendo a escolha entre o ganho presente e o ganho futuro.

Agora, falando um pouquinho de números, vocês ao longo da CPI devem ter bastante disso, mas só um resumo também a gente tem quase 8% das crianças e jovens de 5 a 15 anos trabalhando no Brasil.

Esse trabalho, no Brasil, como também acontece em outros países, é muito variado. Eu acho que trouxe uma tabela. Crianças, de 5 a 15 anos, que trabalham 14 horas ou mais na semana, 1 hora ou mais na semana, em qualquer trabalho sobre o qual tenha tido, no ano anterior, a pesquisa... Enfim, a gente tem uma variação muito grande no País.

É claro que a análise do tipo de trabalho infantil impacta. É lógico que a relação entre educação e o combate à educação infantil... O fato de a criança ter um trabalho de 1 hora por semana é muito diferente de uma criança que trabalha 15 horas por semana. Então, isso também precisa ser avaliado, porque a distribuição disso no País é muito desigual. A gente tende a ter, como em outras políticas, uma distribuição perversa, porque, quanto mais pobre a região, mais horas trabalha a criança, quanto mais desfavorável é a condição inicial da criança, mais horas ela trabalha.

Então, os mecanismos de combate também precisam ser adequados a essas realidades diferentes, senão a gente vai ter um remédio único para situações muito diferentes, e não é à toa que, depois que a gente vai verificar, vai ver que não teve resultado. Considerar isso é muito importante.

Entrando também mais na educação, outro ponto é que a gente tem um contingente muito grande de crianças fora da escola.

Como eu falei no início, o Brasil avançou muito nos últimos anos, mas a gente ainda não universalizou... Não é verdade que o Brasil universalizou o ensino. Não é verdade, porque a gente ainda tem mais de 3 milhões de crianças e jovens fora da escola. Isso é mais do que toda a população do Uruguai, só de crianças e jovens



fora da escola. E, de novo, as razões são muito diversas. O Marcelo Neri fez pesquisas. A gente tem pesquisas muito recentes e muito boas para explicar os motivos da evasão. Uma parte é por conta do trabalho infantil ou do trabalho no início da adolescência. Em geral, o que acontece: uma relação que é muito perversa ou que é muito desfavorável para quem luta para ter toda a criança na escola, não trabalhando, é a combinação entre pobreza, sistema educacional ruim, mas num ambiente de alta demanda por trabalho. Esse é o pior cenário para gente ter crianças trabalhando. Aí que a gente vai encontrar a maior parte delas trabalhando.

Quais são as consequências do trabalho infantil? Eu vou falar um pouquinho de consequências educacionais, mas também de outras, porque eu acho que é importante a gente ter uma visão um pouco mais holística. A gente tem essa forma de trabalhar, que é separar a educação, a assistência, a saúde, mas acho que todos que estão aqui sabem o quanto essas políticas são inter-relacionadas.

Então, quando eu falo que tem um prejuízo na saúde da criança, isso depois também vai ter o seu impacto na educação. O que alguns estudos conseguiram fazer foi isolar qual é o impacto do trabalho infantil em determinadas áreas.

O que a gente tem? Quanto mais jovem o indivíduo começa a trabalhar, menor vai ser o seu salário na vida adulta. Então, tem impacto na renda. É aquela história da escolha do presente *versus* o futuro. A criança que trabalha na infância vai ter uma renda menor no futuro. Por algumas razões, e a mais óbvia de todas, quanto mais jovem a criança trabalha, menor vai ser a sua escolaridade, menor vai ser o seu rendimento na escola, e esses dois são determinantes para a sua renda futura.

Então, é aquilo o que a gente viu no filme: você vai perpetuando... Essa criança continua no ciclo de exclusão e pobreza, ela não consegue sair desse ciclo, e inclusive consegue passar, infelizmente, para as próximas gerações essa situação.

O trabalho infantil — esse é um achado importante que eu acho que deve chamar a atenção para que a gente tenha as medidas necessárias para combatê-lo — reduz em até 20% o rendimento escolar. As crianças que trabalham têm uma proficiência 20% menor do que as crianças que não trabalham. Isso explica o dado anterior do impacto na renda futura. Mas mesmo se a gente não considerar a renda futura, se a gente considerar o direito atual da criança a uma educação de



qualidade, o fato de ela trabalhar já reduz em 20% a sua proficiência. O fato de ela trabalhar já cria um *apartheid* entre as crianças que não trabalham e as crianças que trabalham. A gente tem vários *apartheids* educacionais no País. Esse *apartheid* pode vir por diversas fontes, uma delas é o trabalho infantil. O fato de uma criança ter que trabalhar já reduz imensamente o seu direito à educação.

Obviamente, o fato de trabalhar hoje, ter uma escolaridade menor, ter um rendimento e uma proficiência menores, isso afeta a sua empregabilidade futura e, portanto, a sua renda também. Isso cria aquele ciclo repetitivo de pobreza. Eu acho que essas armadilhas... Existem alguns modelos econométricos para explicar isso, mas uma das armadilhas mais injustas para a criança, porque ela não consegue sair, é justamente essa do ciclo de exclusão/pobreza, que é gerada pela própria falta de oportunidades educacionais. E o trabalho infantil está na raiz disso em muitos casos.

O impacto na saúde. Esse é um outro impacto que eu acho importante frisar, porque a criança que começa a trabalhar, e aí quanto mais cedo ela começa a trabalhar, mais ela vai ser prejudicada na sua saúde.

Eu queria ressaltar de novo isso porque você ter prejuízos de saúde vão impactar em outras áreas também, inclusive na educação. A gente sabe — a Profa. Clélia que está aqui também tem uma larga experiência nisso — o quanto que crianças que têm problemas de visão, problemas de audição, problemas de vigor físico... Eu vou contar uma coisa muito rapidamente: eu tenho uma filha de 5 anos, e ela está na escola e a escola identificou que ela tem um tônus muscular na mão baixo. E isso faz com que ela fique mais... Não é que ela fique preguiçosa, parece que ela é preguiçosa, mas ela cansa mais rápido. Se ela não melhorar o tônus muscular da mão dela, ela não consegue os exercícios psicomotores que ela precisa fazer na idade dela, que é de 5 anos. Com 6, 7 ela vai começar já a se alfabetizar, então são importantes esses exercícios. Uma criança que trabalha tem um cansaço motor, que inclusive prejudica nisso. O impacto na saúde dessas crianças é imenso, por quê? Eu vou aqui colocar. A criança é muito mais vulnerável a esse ambiente de trabalho, que não é pensado para uma criança. Então, o ambiente quente é mais quente para uma criança. Um ambiente abafado, com pouca ventilação, é pior para uma criança do que para um adulto. Então, isso tudo, esse ambiente de trabalho vai



ser mais danoso para a criança, do que seria o mesmo ambiente para o adulto. Então, a consequência na saúde da criança é imensa, tendo inclusive impactos na educação.

Bom, o que a gente pode fazer para erradicar então o trabalho infantil diante disso tudo que eu expus, obviamente não pretendo esgotar... Acho que as soluções são sempre muito mais amplas e complexas do que a gente consegue falar em 20 minutos, numa participação como esta. Mas eu trouxe só aquilo que eu acho que a gente deve pelo menos não deixar de ter à mesa, a gente não pode deixar de colocar na mesa algumas dessas soluções. A primeira é aumentar a própria renda dos trabalhadores adultos, é óbvio. Por tudo aquilo que eu já expus, uma família que tenha renda suficiente para fazer a escolha pela renda futura da criança, e não pela renda atual, presente, ela tende a fazer isso. Então programas como o Bolsa Família — isso que é muito interessante, porque tem muito estudo mostrando isso —, a gente tem muitas políticas semelhantes a essa no mundo. O México tem, Moçambique tem, a gente tem aí vários países que têm políticas de complementação de renda e, por conta disso, e aí uma saída histórica que existe, a gente já tem um acúmulo para relacionar a redução do trabalho infantil com essa renda adicional que entra.

Então, eu acho que o primeiro fato é jamais parar com isso. Ao contrário, ampliar e ampliar de forma a ter maior intencionalidade até para resolver essa questão. Aqui um parêntese também: a gente tem aqui no Brasil muitos estudos mostrando a relação entre Bolsa Família e trabalho infantil. O que mostra é que o Bolsa Família retém a criança na escola, ele tem um efeito importante na retenção da criança na escola. Ele tem um fator importante, importantíssimo, que eu acho que é pouco debatido, tem pouca divulgação, que é o aumento na proficiência do aluno. Os alunos do Bolsa Família estão aprendendo mais, estão numa velocidade de aumento de proficiência maior do que o das escolas não maioria Bolsa Família. Então, eu acho que tem aí um impacto muito grande. No entanto, o Bolsa Família reduz o tempo da criança no trabalho infantil, mas ele não impede o trabalho infantil.

Aqui, acho que é importante fazer um parêntese para dizer que o Bolsa Família não foi desenhado para acabar com o trabalho infantil. Ele tem outras propostas, mas talvez fosse interessante pensar a respeito, porque ele não tem



impedido. Ele estabiliza o fato. Ter ou não o Bolsa Família estabiliza a taxa de trabalho infantil; não reduz a propensão da criança a trabalhar ou não. Ele reduz o tempo que a criança dedica ao trabalho e aumenta a frequência à escola e também a sua proficiência. Há outras consequências positivas.

Aqui não vou passar.

E aí, obviamente, qualidade e disponibilidade das escolas.

Um dos fatores — e esse é um estudo importante do Marcelo Neri — mostra que a qualidade da escola tem impacto na retenção do aluno nessa escola. A criança que aprende passa de ano, ela se motiva, tem uma menor chance de evasão. Isso é fundamental.

Temos conseguido um avanço importante nos anos iniciais no ensino fundamental. O Brasil tem conseguido crescer e cumprir as metas do IDEB e as metas do Todos pela Educação no ensino fundamental 1. No ensino fundamental 2, muito menos e, no ensino médio, estamos estagnados na proficiência num patamar muito baixo, o que é muito ruim. Não é à toa que a maior evasão está justamente no ensino médio. A qualidade do ensino é fator determinante para fixar os jovens, principalmente, nessa escola.

Trabalhar com a qualidade tem milhões de outros efeitos positivos, tem toda a questão do direito à educação de qualidade, mas também tem seu reflexo na fixação da criança na escola e, portanto, na redução do trabalho infantil.

Por fim, eu queria só defender aqui nesta CPI — porque acho que a gente tem que defender essa proposta em todos os fóruns possíveis, porque a estratégia mais poderosa para melhorarmos a educação no Brasil, para a gente ter as crianças num ambiente seguro, saudável, num ambiente de desenvolvimento integral da criança — a educação integral. Temos que aumentar a oferta de educação integral no Brasil.

A educação integral é muito importante para reduzirmos o trabalho infantil também. Essa é outra política que tem seus efeitos muito positivos para a própria educação, para a saúde, para outras áreas, notadamente em educação, mas também é uma arma poderosa para combater o trabalho infantil.

Ter a criança o dia inteiro na escola, ela tem a possibilidade de se desenvolver integralmente; não é só nas disciplinas, mas também nos esportes, na convivência,



nas artes; ela poder ter seu repertório ampliado por essa proposta de educação integral. Isso vai fazer com que a gente consiga ter um combate ao trabalho infantil de uma forma muito melhor para a criança, pensando no futuro dessa criança.

Então, com isso, eu agradeço a oportunidade. Coloco-me à disposição para qualquer dúvida e cumprimento aqui a todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Agradecemos e parabenizamos a Sra. Priscila Fonseca da Cruz pela sua exposição e, antes de passarmos a palavra a nossa próxima convidada, expositora, Sra. Clélia Brandão Craveiro, quero aqui deliberar sobre um requerimento, para que não corramos o risco de a Ordem do Dia ser iniciada.

Então, deliberamos aqui esse requerimento.

Requerimento nº 43/2014, da Sra. Gorete Pereira, que *“requer a realização de audiência pública da CPI do Trabalho Infantil no Estado do Ceará”*.

Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há quem queria discutir, em votação.

Os favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Passemos agora a nossa próxima convidada, Sra. Clélia Brandão Craveiro, Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, representando o Sr. José Henrique Paim Fernandes, Ministro de Estado da Educação.

A senhora está com a palavra pelo tempo...

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - De 20 minutos.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Muito obrigada.

Boa tarde a todos aqui presentes, a todas as pessoas. Obrigada pelo convite. Agradeço aí ao Deputado Paulo César, agradeço o convite à Deputada Luciana Santos, que é a Relatora desta CPI. Cumprimento a Priscila, companheira desses debates sobre a educação no Brasil; o Tiago, esse jovem que acompanha a campanha nacional. E registro aqui também, com a permissão aqui da Mesa, a



presença da UNCME, que é a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, que tem um papel fundamental nesse processo também.

Eu fui encarregada de representar aqui o Ministério da Educação para apresentar o seguinte tema: *Evasão escolar em função do trabalho infantil e medidas para manter as crianças e adolescentes na escola*. Quer dizer, esse é o tema que foi encaminhado ao Ministério da Educação, e é sobre esse tema que eu vou fazer aqui a apresentação de alguns eslaides.

Vou pedir licença que eu quero ficar aqui do lado da Priscila. Acho que vai ser melhor para... Talvez eu tenha que descer, mas não tem importância. Mas fica melhor para eu passar aqui os eslaides.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, a Priscila já fez uma abordagem mais geral em termos de discussão sobre esse tema do trabalho infantil. Eu só queria dizer que o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador explica que o trabalho infantil refere-se às atividades econômicas ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua condição ocupacional.

Bom, partindo desse princípio e situando um pouquinho o Ministério da Educação, o Ministério da Educação se faz presente em várias políticas estabelecidas como políticas sociais. A educação é um direito de todos, e ela se coloca dentro das políticas sociais como elemento fundamental para a conquista da cidadania.

Bom, a partir desse princípio, que não é um princípio de opção, mas é um princípio constitucional da educação como direito, antes de a gente chegar às medidas que o Ministério vêm adotando, é preciso entender um pouco também que... É preciso...

Está funcionando aqui? Está?

É preciso entender, para a gente não ficar com aquela visão, assim, que parece que está no DNA do pobre que o pobre, ele é pobre... Depois, o filho do pobre vai ser pobre. O filho do filho do pobre vai ser pobre. Parece que é um DNA,



que nunca vai sair dessa pobreza. Eu chamo, inclusive, de ciclo: um é pobre, o outro vai ser pobre, o outro também vai ser pobre. Parece que é um determinismo tão grande que a gente não vê expectativa.

Eu acho que esse é um dado fundamental. Se a gente pensar que a educação e a pobreza e a desigualdade social, se elas não tiverem uma relação dialética, se for uma relação determinista, a gente vai ter sempre esse chamado ciclo intergeracional. Então, a gente não olha o lado desse ciclo intergeracional; a gente olha pelo papel da educação, não como redentora, mas como aquele direito social que é extremamente importante na conquista também dos demais direitos.

Deixe eu vou voltar aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Dra. Clélia?

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Desculpe, só interrompendo rapidamente a senhora, é só porque a Dra. Priscila vai precisar se ausentar.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Então, ela já está aqui pedindo licença a todos porque ela tem um compromisso fora.

Dra. Priscila, esta CPI agradece a sua presença e a parabeniza pela sua exposição. Agradecemos.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Obrigada, Priscila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Com a palavra a Dra. Clélia.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Naquele segundo que estava.
(Pausa.)

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, dizem que o material didático, quando não serve para ajudar, para atrapalhar também não precisa. Então, vou passar para frente. Material didático só serve se for para ajudar. *(Risos.)*

Então, eu fiz esse quadro inicial aqui para entender que esses três elementos são fundamentais na conquista do direito à educação, e, na conquista da universalização da educação básica...



Logicamente que essa conquista da universalização da educação básica, que está prevista inclusive no Plano Nacional de Educação, só vai acontecer se a gente conseguir amarrar todas as pontas, inclusive da superação do trabalho infantil, senão a gente nunca vai chegar a essa chamada universalização, tardia no Brasil, porque em vários outros países já aconteceu no século XIX.

Então, nós temos como princípio o acesso, que a gente já conseguiu quase universalizar no ensino fundamental, mas a gente tem o grande desafio da permanência. Eu acredito, inclusive, que o trabalho infantil, muitas vezes, tem uma relação com a permanência, à medida que muitas crianças são expulsas da escola, aí elas voltam; elas saem da escola e assumem, muitas vezes, outras atividades fora. E a importância da conclusão do processo em uma idade que eu chamo de justa, não na idade certa, porque as pessoas têm épocas diferentes para aprender.

Então, analisar o contexto da pobreza e da desigualdade social é fundamental nesse quadro, mas é preciso, sim, como já foi dito anteriormente, pensar isso em uma política de transversalidade, porque se a família tem uma cultura de que a educação não é importante, é preciso também fazer um trabalho com essa família; se a criança está no campo, e as escolas do campo são fechadas — eu acho que o Tiago vai falar sobre isso, não é —, e as escolas do campo estão fechando, e fecham muitas, agora que a lei foi aprovada para não fechar escolas no campo... Por outro lado, também há uma necessidade de que as famílias tenham políticas até de melhorar o seu conhecimento tecnológico em relação ao trabalho que ele tem no campo, para que evite também que a criança seja mais uma pessoa a contribuir para o trabalho que a família realiza. Então, eu acho que é um conjunto.

Estou fazendo apenas essa introdução porque eu vou partir para quais são as medidas que o Ministério da Educação, então, adota nesse processo.

Bom, o Ministério da Educação tem vários programas, que nós estamos chamando de programas de indução à universalização da educação básica, que, conseqüentemente, são programas que também ajudam na garantia da permanência na escola. Porque o princípio da universalização também é a permanência na escola.

Para isso, o Ministério da Educação desenvolve uma série de atividades, contando hoje com 192 mil escolas, quase 200 mil escolas, nos 27 Estados da



Federação. Dos 5.570... Ali ainda está o número errado. São 5.570 Municípios, e não 5.565.

Bom, nós temos um grande programa, e a Priscila tocou nesse assunto, que é o programa do acompanhamento bimestral da frequência na escola. Esse é um grande indutor da permanência. Dos 52 milhões de alunos matriculados na educação básica, um terço desses alunos é acompanhado a cada dois meses na sua frequência. Esse é um dado que vai para o Ministério do Desenvolvimento Social, que é o gestor do Bolsa, mas ele é um dado para o Ministério da Educação fortalecer a educação básica, na busca da universalização da educação básica.

Então, o acompanhamento da frequência é um dos programas de indução da permanência e consequentemente, ao assegurar a permanência, ele inibe muitas vezes o trabalho infantil.

Esse dado que nós temos aqui, ainda do Bolsa Família, que eu trouxe, nesse primeiro quadro, e é simplesmente só para a gente exemplificar, por exemplo, a nossa estatística do ano de 2012 diz o seguinte: que o aluno chamado de beneficiário — eu acho que não é nem beneficiário, porque ele tem o direito à alimentação e tudo mais — tem uma evasão muito menor na escola do que os outros alunos. Esse é um dado que comprova que esse programa inibe o trabalho infantil.

No ensino fundamental, do Bolsa Família, há uma evasão de 2,8% no Brasil. Os não beneficiários no ensino fundamental, os outros alunos, têm uma evasão de 3,2%. Então, esse é um dado que comprova que esse é um programa que trabalha no sentido de fazer com que a permanência aconteça, e certamente a gente tem evitado que muitas crianças deixem a escola para entrar muito cedo às vezes nem é no mercado de trabalho, mas no trabalho ainda bem doméstico.

Nesse quadro seguinte, que ainda também é resultado do programa do acompanhamento na escola, nós vamos ver o seguinte: quando os alunos faltam à escola, no acompanhamento do Bolsa, há uma lista, uma matriz de motivos por que a criança faltou à escola. O motivo do trabalho infantil está em quarto lugar — a criança faltou porque estava trabalhando —, e isso vem diminuindo.

Em 2010, nós tivemos... Nós vamos ver que, de 2010 até agora, 2013, nós tivemos uma diminuição do número de alunos que justificaram a ausência na escola



em função do trabalho infantil. Em 2012, 1.550 crianças justificaram a sua ausência pelo trabalho infantil e, em 2013, foram 1.352 crianças. Pelo acompanhamento da frequência a gente vê que há uma diminuição, apesar de não ser o motivo maior do afastamento da criança da escola, dos 18 milhões que nós acompanhamos e dos 51 milhões matriculados no ensino médio.

Então, esse é um programa em que a gente tem um panorama bem geral. Como esse programa atende a 18 milhões, um terço da educação básica, a gente acredita que esse é um programa que induz e ajuda, e muito, do ponto de vista da garantia da permanência, consequentemente afastando da possibilidade de essa criança ser introduzida tão nova no mercado de trabalho e ter o direito de viver o seu projeto de criança ou de adolescente.

Além disso, o Ministério atua, de uma forma intersetorial, em vários conselhos, como no CONANDA. Nós somos conselheiros do CONANDA, fazemos parte do CONAETI, do Fórum Nacional de Prevenção da Erradicação do Trabalho Infantil e também somos não apenas coautores, mas executores do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Desculpe-me, Dra. Clélia, pode ser que a gente tenha perdido algum momento do seu raciocínio. Dos 18 milhões de quê? Eu não entendi.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Dos alunos matriculados na educação básica.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Mas não são 50?

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - A educação básica tem 52 milhões.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Isso.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Um terço desses alunos, que corresponde a 52 milhões, que é um número muito grande, são acompanhados a cada 2 meses — a sua frequência.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Ah, 18 milhões são acompanhados.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Essa frequência... Milhões. É.



A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Agora, entendi.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Desses 18 milhões, nós temos um relatório: quem está na escola e por que não foi para a escola. Nós trabalhamos com uma rede de mais de 40...

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Mas os 18 milhões não vão?

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Não, 18 milhões estão na escola. Nós fazemos um levantamento de por que...

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Vocês conseguem acompanhar 18?

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Acompanhar os 18. Para os 18 milhões, nós temos uma rede de acompanhamento de 40 mil profissionais; 40 mil profissionais acompanham a frequência, só com o Ministério da Educação.

Então, em cada Estado, em cada Município, nós temos uma pessoa que coordena o acompanhamento da frequência na escola, em todas as escolas, porque pelo menos um aluno do Bolsa Família a escola tem. Nós podemos pegar como exemplo o Maranhão: a família de mais de 50% dos alunos da escola pública do Maranhão recebe o Bolsa Família. Se você pegar a Bahia, são 2 milhões de alunos.

A cada 2 meses, então, nós temos o resultado da frequência desses alunos na escola. Eu acho que esse é um grande programa, porque, se nós já acompanhamos um terço desses 52 milhões, já existe um sistema para acompanharmos o restante. Podemos, a curto prazo inclusive, acompanhar todos os alunos matriculados na educação básica, porque esse é um dado fundamental para você definir políticas. Aí você não faz uma política geral, você vai saber qual é o Município que tem aluno que está faltando mais, estudante que está faltando mais porque está trabalhando, qual é o Município que tem aluno que falta mais porque o problema é saúde. Então, nós temos dados gerais, mas que caracterizam e, especialmente, identificam cada Município.

Além desse programa, nós temos várias outras áreas de atuação.

Está entendido agora, Deputada?

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Está.



A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Nós temos outras áreas de atuação com os Conselhos. Eu acho que é extremamente importante essa participação do Ministério da Educação, a articulação com o Conselho Nacional de Educação, porque estabelece diretrizes nacionais para a educação básica. E nós temos agora, por último, a implantação das diretrizes em direitos humanos, já que estamos falando que a criança, o adolescente viver o seu projeto é um direito. E, além disso, nós temos todos os programas do Ministério da Educação que tratam da realização e financiamento tanto de pesquisas como também de cursos de formação de professores.

Eu trouxe, inclusive, algumas publicações dessas pesquisas; eu passei para a Deputada Sandra. E nós temos, além das publicações das pesquisas, outros programas, que não são melhores, vamos dizer assim, nem têm uma repercussão maior ou menor, mas têm uma repercussão extremamente importante: a política de educação em tempo integral, há inclusive, na meta do Plano Nacional de Educação, a ampliação para 50% das escolas até 2016; os programas de material didático, de equipamentos, de assistência técnica.

Então, eu acho que as políticas do Ministério da Educação, de uma forma ou de outra, vão se articulando, tendo como referência e centralidade esse sujeito de direito, que é a criança, o jovem, o adolescente.

Além do Programa Mais Educação, nós citamos o trabalho do Proinfância; o Brasil Carinhoso, que é o trabalho que amplia as creches brasileiras; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; o Programa Ensino Médio Inovador; o programa Salto para o Futuro, que trata da parte de material para divulgação, de material para reflexão do professor, para a formação de professores. Temos ainda o PRONACAMPO, que trabalha com as escolas do campo. A maioria das escolas do campo têm alunos do Bolsa Família e hoje a maioria das escolas do campo têm também o ensino em tempo integral.

Então, há um foco também dirigido, porque, em geral, a maior parte das crianças que trabalham está no campo, e precisamos até discutir outras formas de trabalho na cidade, que se diferenciam muito das décadas anteriores.

Temos também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC e a formação continuada de profissionais da educação. O



Ministério tem investido muito. No ano passado, só na nossa Diretoria, que é a Diretoria de Direitos Humanos e Cidadania, a gente tinha 52 milhões de reais para a formação de professores, na área de educação e diversidade, o que faz com que a gente faça uma discussão sobre esses sujeitos que estão chegando à escola, que nunca chegaram à escola e estão chegando agora. A escola precisa inclusive se rever em função desses sujeitos que chegam hoje à escola, que têm direito e estão chegando à escola brasileira.

Aqui, um mapa dos cursos que nós temos na área de direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, gênero e diversidade sexual. Esses cursos são realizados com as universidades.

Produção de material didático. Uma parte desses materiais eu já passei para a Deputada.

Cito o Programa Nacional Biblioteca da Escola, que são publicações relativas, vamos dizer assim, aos sujeitos da diversidade que chegam hoje à escola, que são os indígenas, os quilombolas, o pessoal do campo, os jovens e adultos — tem um debate também muito importante da educação especial, das relações étnico-raciais; o Programa de Extensão Universitária, que também é realizado com as universidades, tem uma linha temática sobre direitos humanos, criança e adolescente, que discute o Estatuto da Criança e do Adolescente e outros materiais importantes no sentido de se ter clareza quanto à garantia da criança como um sujeito de direito.

Os prêmios. Nós trabalhamos também com os prêmios nacionais em direitos humanos e igualdade de gênero, que fazem com que haja uma mobilização tanto na educação básica, na escola, quanto na educação superior, trabalhando com práticas exitosas. Eu acho que isso é extremamente importante e mostra também a visão da dinâmica que se tem hoje na educação.

Enfim, esses são alguns dos programas. Eu agradeço, coloco-me à disposição, aqui está o meu *e-mail*, meu telefone, e estou à disposição para os questionamentos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Agradecemos à Sra. Clélia Brandão Craveiro e a parabenizamos pela exposição.



Eu queria registrar a presença do Deputado Walney, do PTB do Rio de Janeiro, um árduo defensor do povo do Rio de Janeiro, em especial da Baixada Fluminense, sempre empunhando a bandeira dos trabalhadores do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Registro também a presença da nossa Deputada Dalva, do PT do Amapá, que também tem a bandeira, lá em Macapá, Santana, em todo o Estado, pelo fim da violência contra as mulheres, do trabalho infantil, da exploração sexual de crianças e adolescentes. A gente agradece também a V.Exa. e registra sua presença em mais uma audiência pública desta CPI do Trabalho Infantil, que tem a nossa Deputada Luciana como Relatora.

Convidamos o nosso próximo expositor, Tiago Manggini, integrante do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, representando o Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Está com a palavra o Sr. Tiago, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. TIAGO MANGGINI - Obrigado, Deputado Dr. Paulo César. Aproveito para cumprimentar a Deputada Luciana Santos, Relatora da CPI, a Profa. Clélia, os componentes da Mesa, os demais Deputados presentes, os assessores parlamentares, os companheiros da UNCME que estão presentes também e estão na luta com a gente.

Eu dividi a minha exposição em três momentos. Vou explicar primeiro, um pouquinho, o que é a Campanha pelo Direito à Educação, de forma breve, como é que ela surge e por que eu, do MST, do Movimento Sem Terra, faço parte da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, como é que a gente entra nesse debate. Vou trazer um pouco do trabalho que a Campanha tem desenvolvido, tentando relacionar o debate que a Campanha faz da questão do financiamento da educação pública e de que parâmetros para financiamento a gente deve seguir, principalmente nos últimos anos aqui no Congresso, porque a Campanha tem feito uma incisão muito grande. Por fim, vou trazer um pouco da realidade de onde eu atuo, que vivencio mais de perto, que é o campo, que são os assentamentos e a luta do povo brasileiro pela terra.

Antes de iniciar a reunião, eu estava analisando aqui a composição da Comissão e me chama muito a atenção — isso me custa muito caro como homem — ver que, em todos os espaços de debate sobre a infância no nosso País, na



nossa sociedade, o debate ainda é imputado às mulheres. Nós homens precisamos assumir nossa responsabilidade e é nosso dever. Ironicamente, numa casa onde a maioria é composta por homens, nós temos aqui na Comissão uma maioria esmagadora de mulheres. Eu acho que essa é uma questão que nós, que estamos aqui, vamos dizer assim, tentando lutar contra essa desigualdade, temos que ressaltar. É importante ressaltar essas questões.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Campanha surge em 1999, no âmbito da Cúpula Mundial de Dakar. Há a iniciativa da Campanha Global pelo Direito à Educação e isso desencadeia um processo de discussão de diversas campanhas, vamos dizer assim, em vários países. Daí surge também a Campanha brasileira; ela surge nesse bojo da Conferência de Dakar.

Hoje, a Campanha compõe uma rede de mais de 200 entidades. Como eu falei antes, o principal debate a que a Campanha tem se dedicado nos últimos períodos foi inicialmente o debate da inclusão das creches no FUNDEB, em 2004 e 2005, se não me falha a memória, e, no último período, o debate do Custo Aluno Qualidade Inicial e do próprio Plano Nacional de Educação, que está transcorrendo aqui nesta Casa novamente. Essa rede da Campanha, essas 200 entidades, é bem diversa. Movimentos sociais, sindicais, ONGs, grupos de estudo de universidades, enfim, entidades de defesa de direitos humanos compõem a rede da Campanha Nacional.

Como eu estava colocando, essa questão da pauta da Campanha e de sua composição, aqui nós temos a estrutura nacional da Campanha, que tem Comitês Estaduais. Eu estou aqui representando o Comitê do Distrito Federal. Então, cada Estado tem um Comitê, e existe o Comitê Diretivo da Campanha. Essas entidades compõem esse Comitê Diretivo e, vamos dizer assim, é o Conselho que delibera e tudo o mais. Existe também a Coordenação Executiva da Campanha, que faz o trabalho do dia a dia.

Trago uma das contribuições que a gente discutiu na Campanha para contribuir para os trabalhos da CPI, que é justamente o debate do Custo Aluno Qualidade. E aqui eu queria me ater — porque já está evidenciado, a gente vai pegar depois alguns dados que eu vou trazer — basicamente às crianças que estão



excluídas da escola. Vou explicar, a gente utiliza muito a terminologia da exclusão escolar, e não da evasão, porque a evasão joga para o indivíduo, em muitos casos, a responsabilidade, e é uma responsabilidade coletiva. A gente precisa discutir é o modelo de escola que a gente tem. E esse modelo tem a ver, em grande medida, com o financiamento da educação também. Por isso a gente bate muito nos estudos que a Campanha tem feito em relação ao Custo Aluno Qualidade Inicial.

Houve um debate muito forte este ano do CAQI, no Plano Nacional de Educação, e da própria construção da CONAE nos Estados, onde a gente conseguiu articular a rede da Campanha para trazer as propostas que a Campanha vem debatendo, só para a gente entender um pouquinho melhor essa questão do parâmetro de qualidade no financiamento da educação, que o CAQI tenta trazer como uma inovação para esse debate.

A proposta que o Ministério traz para o financiamento da educação no PNE, por exemplo, não é que ela esteja errada, mas a lacuna que existe nela é justamente o quê? Ela vai considerar a manutenção e a expansão do ensino. Está crescendo a população, aumenta a necessidade de vagas no ensino, e se expande a rede escolar. Essa é a lógica, a tendência histórica que vem acontecendo.

A gente introduz, com o debate do CAQI, também o parâmetro de qualidade, porque, se a gente não melhorar a qualidade da escola, a evasão escolar e a exclusão escolar vão continuar acontecendo. E isso certamente vai continuar contribuindo para que haja trabalho infantil no nosso País.

Eu imagino que a CPI tenha discutido isso. Não trouxe os dados do trabalho infantil, mas o nosso País tem conseguido diminuir em grande medida o trabalho infantil. Os dados demonstram isso. É alto ainda o número. Se não me engano, a redução de 2011 para 2012 foi de quase 10%. Então, os dados que existem apontam que a gente tem conseguido combater a questão do trabalho infantil.

Do CAQI, eu já fiz uma exposição, mais ou menos, muito breve. Outra questão que o CAQI traz no debate, e que está também dentro desse debate maior do Plano Nacional de Educação, é em relação ao financiamento e à disparidade que existe na distribuição dos recursos no sistema público de ensino. A União fica com aproximadamente 50% dos impostos arrecadados no País; os Estados, com 24%; e os Municípios, com 18% dessa arrecadação. Quanto ao investimento na educação,



tem um estudo, se não me engano do IPEA, que diz que, de cada 1 real aplicado em educação, 40 centavos são dos Estados, 39 centavos são recursos dos Municípios, e a União, que fica com a metade dos recursos, investe em educação os 21 centavos que faltam para completar essa fórmula.

Eu estou trazendo isso porque, para mim, todo esse debate está diretamente ligado à questão da exclusão escolar e da qualidade do nosso sistema público de ensino e da necessidade de se aumentar o investimento em educação no País. Por isso é importante nós repensarmos a fórmula de transferência de repasses de aplicação do recurso público em educação. É importante a gente estar sempre batendo nessa tecla. Os Deputados já estão acostumados a ouvir a turma da Campanha, que sempre está batendo no CAQI, no PNE, nos 10% do PIB, e a gente vai continuar batendo.

Eu não vou me ater muito aos detalhes do CAQI. Eu queria falar um pouquinho de um trabalho que a Campanha tem feito no último período, em parceria com o UNICEF: alguns estudos e uma tentativa de articulação, dentro da rede da Campanha, justamente dessa questão da exclusão escolar. No *site* da Campanha e do próprio UNICEF, vocês vão encontrar essas duas publicações. São dois estudos que a Campanha realizou nessa parceria com o UNICEF, que é uma campanha, vamos dizer assim, chamada *Fora da escola não pode!* — que vem justamente ao encontro deste debate e vem somar esforços pela erradicação do trabalho infantil.

Essa discussão da Campanha começa em 2010, com essa parceria com o UNICEF. Participam também dos debates, junto com a Campanha, a OIT e o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, que são parceiros fundamentais nisso. Eu não tinha nenhuma das publicações para trazer, mas a gente pode disponibilizar para a Comissão. Elas também estão disponíveis ao público na página da Campanha e do UNICEF.

Eu acho que a principal questão que esse estudo evidenciou, o *Fora da escola não pode!*, é a questão que a professora já colocou em relação à educação, que é a universalização, o acesso e a permanência no ensino, e também a questão do debate da escolarização e da alfabetização na idade certa, que é fundamental.

Quando a gente discute o trabalho infantil, apesar de parecer óbvio, a gente tem que frisar algumas questões. Eu falei um pouco do modelo de ensino, do



modelo de escola que a gente tem. Eu acho que é importante a gente tentar, nesse sentido, ouvir também as crianças e os adolescentes. Eu acho que eles são agentes fundamentais nesse processo, para a gente tentar compreender melhor essa situação. E aí entra a questão não só das crianças e adolescentes que estão na condição de trabalho, mas também dos que estão frequentando a escola e, por algum motivo, foram excluídos desse processo. Eu acho que isso tem muito a contribuir para o debate que a gente tem a fazer nesse plano do trabalho infantil.

Aqui, mais algumas informações sobre as publicações que eu abordei anteriormente. Nós temos, na faixa de 4 a 17 anos de idade, crianças, adolescentes e jovens, quase 4 milhões, 3,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola — esses são dados do IBGE, de 2010, da PNAD —, e 14 milhões de alunos entre 6 e 17 anos estão em situação de atraso escolar. E a gente sabe, quem trabalha com educação, que grande parte dessas crianças e adolescentes que estão em situação de atraso escolar também vai, inevitavelmente, ser excluída do processo de escolarização.

Vou trazer o próximo quadro, que tem mais alguns dados para a gente refletir. Trata-se de uma pesquisa que foi feita no Cone Sul, são esses dados aqui no último parágrafo — a companheira Priscila já apresentou um pouco antes: o trabalho reduz em 17% a aprovação escolar e em 24% o progresso educacional dessas crianças e adolescentes e aumenta em 22% a evasão. Só mais um dado interessante, no Brasil — temos uma tabelinha, que está naquela primeira publicação do *Fora da escola não pode!* — nós temos fora da escola, na faixa etária de 6 a 14 anos, na área urbana, 2,9% das crianças e, na área rural, 5%.

Eu falei que iria me ater um pouquinho mais à realidade do campo. A gente vai observar que é justamente nas Regiões Centro-Oeste e Norte, na zona rural, que essa situação é mais agravada. Se a gente for analisar, são Regiões com uma concentração maior, por exemplo, de analfabetismo. Falo da população do campo. Se pegarmos, por exemplo, o dado do analfabetismo, nós temos, de maneira geral, na população brasileira, 9% de analfabetos, no quantitativo de 15 milhões de habitantes no nosso País. O quantitativo da população que vive no campo é de 23%.

Eu quero, com isso, trazer para o debate justamente o que a Profa. Clélia estava colocando no início de sua exposição. Isso não é a repetição de um ciclo



nessas famílias pura e simplesmente, da sorte dessas famílias, mas o reflexo da exclusão social, da divisão social e econômica que existe no nosso País. Se não olharmos para essas questões e tentarmos trabalhar no sentido de reverter a desigualdade social, nós não vamos conseguir avançar no combate ao trabalho infantil, e há todas as outras questões educacionais que são necessárias também para dar suporte a essa discussão.

Eu trouxe, por fim, a questão do trabalho infantil no campo. Não tenho dados aqui, mas em torno de 30% das crianças que estão em situação de trabalho infantil estão em áreas rurais. Para a gente fazer essa discussão, primeiro eu acho que é fundamental reconhecer essas crianças e adolescentes como sujeitos desse processo. É o que eu digo: ouvir e trazer para o diálogo. Eu sei que, para uma CPI, isso é muito difícil, mas eu sei que a CPI também faz trabalhos de campo, vai aos Estados e tem a oportunidade de ouvir esses sujeitos. Eu acho que essa é uma questão fundamental para a gente conseguir entender melhor esse universo. É óbvio que nenhuma família quer ver os seus filhos trabalhando para poder ter renda para sobreviver; é uma questão de necessidade. E isso acontece dada a desigualdade social que existe no Brasil.

Temos outro dado, a questão que a professora já trouxe também um pouquinho antes: nos últimos 10, 12 anos — podemos pegar um recorte de 15 anos, se quisermos —, aproximadamente 40 mil escolas no campo fecharam. Conforme os dados de 2002 a 2010, na apuração que a gente fez, são 37 mil escolas fechadas no meio rural no Brasil. É óbvio que isso vai nos levar também à exclusão escolar. A gente tem muitos casos de substituição daquela escola, na maioria das situações, por uma escola na cidade, e isso, inevitavelmente, traz a evasão. E há vários outros motivos: o transporte precário; o transporte não existir; a criança, o adolescente, em vez de ser estudante, é viajante, porque passa o dia inteiro dentro do ônibus. É a realidade, gente. Essa não é pura e simplesmente uma crítica, mas uma realidade que a gente tem que tentar interpretar, entender, não para justificar o que acontece, essa exclusão escolar, mas para agir diante dela.

Nós temos tentado, com o Fórum de Educação do Campo, também com diálogo com o Ministério, com as universidades, pensar alternativas para isso. Estão sendo criadas, mas, até que a gente consiga atuar diretamente na realidade, ainda



mais na educação, leva-se muito tempo. Mas essa é uma questão fundamental para o debate da educação do campo, que é a oferta da educação no campo, não só no espaço geográfico — é por isso que eu trago ali o “do” e o “no” campo —, também de uma pedagogia diferenciada, por exemplo, como considerar a cultura camponesa dentro da escola.

A maioria dos Municípios brasileiros é de economia rural. Se pegarmos os Municípios pequenos, veremos que quase todos eles têm sua base econômica na atividade rural. E a gente não vai encontrar nenhum projeto político-pedagógico nesses Municípios falando de educação do campo, muito menos ter uma política diferenciada para as escolas que estão no campo, ou mesmo para as da cidade com a maioria de seus estudantes vindos do campo, de áreas rurais. Essa é uma questão em que a gente não toca na maioria das vezes, e que está muito presente em grande parte dos Municípios brasileiros.

Temos ali um dado, está pequenininho, de quando a situação fica mais aguda, que é em relação à educação infantil, a creche, os anos iniciais do ensino fundamental: 6,1% da população de zero a 3 anos no campo estão sendo atendidas por creches e 7,3% da população de 4 a 6 anos têm esse atendimento. O que essa criança vai fazer? Qual é a oportunidade de desenvolvimento que ela tem? Se ela está numa comunidade que tem um mínimo de organização, consegue-se pensar em alternativas. Mas, como isso é exceção, não é a regra, ela, inevitavelmente, vai ter... Ninguém fica no ócio, mesmo as crianças. Então, em muitos casos, somado à questão da desigualdade e da realidade social dessas famílias, isso leva à questão do trabalho, seja a de as crianças ficarem sentadas junto com o pai na roça trabalhando, seja a de estarem de fato trabalhando no campo em situações de risco. Aí tem dados, que a gente não trouxe aqui, de periculosidade do trabalho no campo, que é muito maior do que em outros trabalhos. É onde acontecem mais acidentes de trabalho, isso de forma genérica; é óbvio que, no trabalho infantil, isso também vai ter um reflexo.

Eu acho que uma questão que é base nisso tudo, para a gente tentar combater e reverter esse quadro, além do investimento na educação no campo, são as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, da agricultura camponesa,



sejam de reforma agrária, da criação de assentamentos, sejam de financiamento da agricultura familiar, através de crédito e tudo o mais.

Por fim — e acho que este não é o debate central que eu queria trazer aqui, porque isto abre uma janela muito grande —, devemos entender também algumas peculiaridades da vida e da cultura camponesa. A gente não pode ignorar — e eu trouxe ali a palavra “agricultura” grifada — o debate que nós fazemos: a gente considera que o campo não é um lugar de negócio, não é um lugar de produção de *commodities* para exportação, e sim é um lugar de produção e de reprodução da vida das pessoas. Por isso, essa dimensão da cultura, da agricultura e, logo, do trabalho vai estar na vida da agricultura familiar. A gente precisa entender os meandros disso, o que é o que não é trabalho infantil dentro disso, ter a sensibilidade de compreender isso. É um debate muito delicado de se fazer, mas precisa ser feito, dentro dos movimentos sociais, dentro da CPI, dentro dos movimentos sindicais. Eu sei que a CONTAG tem um debate importante sobre isso também, junto com a OIT. E eu só queria trazer por fim isso, porque é uma questão que a gente tem que pensar e ter presente quando a gente vai discutir o trabalho infantil no campo. São justamente as peculiaridades que existem aí: como a gente analisa o espaço do trabalho no campo — e não só do trabalho infantil, mas do trabalho de forma genérica no campo — como um espaço de produção de cultura e de conhecimento também. Eu sei que isso é bem complexo e bem polêmico. Por isso, sei que é um tema para outro debate.

Eu encerro por aqui a apresentação. Agradeço novamente a disponibilidade e o convite da CPI. Eu me coloco à disposição, e coloco à disposição a Campanha pelo Direito à Educação e o nosso movimento também, para vir a outros debates aqui nesta Casa. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Agradecemos ao nosso convidado Tiago Manggini e o parabenizamos pela exposição.

Está franqueada a palavra para a nossa Relatora, Deputada Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, para que também possa fazer as suas considerações como Relatora de uma Comissão extremamente importante para a infância e a adolescência do nosso País. Com a palavra a nossa Deputada Luciana Santos.



A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - O Tiago falou sobre a parte da educação do campo com mais detalhes. Eu só queria aqui deixar registrado que a gente tem trabalhado no campo com a chamada pedagogia da alternância, porque isso facilita. Ele fica 15 dias na escola e 15 dias em casa, fazendo os estudos relativos àquilo que ele também já estudou na escola. É uma forma também de garantir essa cultura, que é extremamente importante, e já também a inserção dele não só na escola, mas no próprio movimento familiar também.

Era só isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Eu fiz esse requerimento, dentro do contexto da CPI do Trabalho Infantil, para convidá-los. Eu agradeço muito a todos vocês a presença. Peço desculpas pelo meu atraso, porque eu estava numa audiência com o Ministro e houve um atraso lá.

O sentido de fazer uma audiência para tratar da evasão escolar e, em função do trabalho infantil, do impacto disso — portanto, objeto aqui da Comissão —, é exatamente porque eu considero que, sem dúvida alguma, o esteio fundamental do enfrentamento e da superação do trabalho infantil é a formação, é a educação, associadas, óbvio, à autonomia financeira das famílias, à sustentabilidade econômica. Mas essa é uma combinação: com uma e sem a outra, nós não temos como fazer o enfrentamento mais estratégico dessa situação que nós desejamos erradicar no Brasil.

E, de fato, associada à educação no campo há outra variável contundente, porque são 3,5 milhões de crianças no Brasil em situação do trabalho infantil. Há uma determinação da OIT discriminando quais são as piores formas de trabalho infantil e há um quantitativo significativo mais relevante de situação de trabalho infantil exatamente na agricultura. Então, é nessa combinação, eu penso, que nós temos que cada vez mais afunilar o nosso objeto. Aqui já foi dito por Tiago: o Brasil tem dado demonstrações de que está no sentido correto, porque, de fato, é um dos países do mundo que mais conseguiu erradicar o trabalho infantil.

E, sem medo de errar, a principal ferramenta disso é o grande programa de inclusão social que há no Brasil, o Bolsa Família, exatamente porque não é apenas distribuição de renda, mas faz um monte de exigências, entre elas a questão da



criança na escola. E são surpreendentes esses dados que a própria Clélia trouxe aqui: no Maranhão, a gente tem 50% dos alunos...

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Cinquenta e um por cento.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Mais da metade dos alunos serem exatamente do Bolsa Família revela o quanto é a dimensão e o peso desse programa no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Portanto, agora, nós vamos ter esse olhar mais clínico, mais direcionado para aquelas áreas onde ainda está essa situação de risco, porque não é simples. Nós também temos a dimensão cultural disso.

Nós fizemos uma audiência no Rio de Janeiro, e é impressionante: uma mulher teve lá a coragem de dizer que acha que isso edifica as pessoas, que ela tinha passado pelo trabalho infantil. E há, de fato, no subjetivo, no imaginário da população, esse conceito. Portanto, é também uma necessidade de superação no âmbito ou no campo do debate de ideias muito forte, porque há um certo conceito de que é melhor criança trabalhando do que no meio da rua. Isso é um conceito real na sociedade. Nós, portanto, temos que travar o debate ideológico, no campo das ideias, para poder fazer valer, porque essa dimensão subjetiva tem um peso importante. Nós temos a responsabilidade de ser contundentes na repercussão na vida da criança — e esse é um pouco o exercício que a nossa outra convidada, a Priscila, fez aqui —, para revelar com contundência as consequências do trabalho infantil na saúde, na perspectiva da criança, na aprendizagem, ou seja, na formação plena da pessoa.

Então, eu acho que esse desafio sobre o qual Tiago falou combina com essa diretiva que a gente tem que ter, com essa concentração. Nós temos que ir afunilando para aquelas situações que ainda têm um grande peso. É claro que tem as formas de trabalho infantil que são as ilícitas. Para estas, tolerância zero! São as do tráfico, as da prostituição. Nessas, nós temos que ser duríssimos. Tolerância zero para esse tipo de trabalho infantil, que é o trabalho ilícito! Mas este, em que existe uma certa aceitação ou assimilação por parte da própria família, que é o trabalho doméstico, esse é o mais difícil, porque exatamente incide nesse campo da dimensão subjetiva das pessoas, dos valores que as pessoas têm quanto a isso.



Portanto, é o mais difícil de ser enfrentado, porque são valores que você tem que modificar.

Mas, nesse do campo, eu acho que Tiago foi muito feliz. E eu acho, Clélia, que nós todos estamos muito aquém de conseguir desenvolver uma política adequada para a educação no campo, tanto que a política principal é esta: migrar para as cidades, para as grandes escolas. Eu digo isso porque eu fui Prefeita de uma cidade durante 8 anos, e há uma tendência muito grande de a gente... É claro que a minha cidade está dentro da região metropolitana, mas tem uma área rural. Mesmo sendo metropolitana, tem uma área rural. E foi exatamente na minha gestão que a gente colocou a primeira escola. Vocês não sabem a felicidade que significou, que representou para transformar a vida daquelas pessoas, porque há uma tendência natural de concentrar nas grandes escolas, em distritos, até porque existe, dentro do Ministério da Educação, transporte escolar. Então, botam todo mundo dentro do ônibus e levam para aquela determinada escola, porque isso é mais fácil do ponto de vista do acesso do professor. O professor, para se deslocar, tem todo um custo pessoal e físico, ou seja, uma infraestrutura, uma logística que não é simples de equacionar. Portanto, tendem-se mais a concentrar as escolas nos centros das cidades. Mas isso, de fato, traz um impacto dessa perspectiva que Tiago cobra, que é a da cultura do campo.

Eu tenho uma experiência, em Pernambuco — é a experiência que eu tenho porque é onde eu vivo —, de uma organização não governamental que há na cidade de Glória de Goitá e também em Ibimirim. Eu estou agora tentando lembrar o nome da ONG. Essa ONG atua nessas duas cidades e tem professores, toda uma tecnologia e toda uma abordagem voltada para a educação do campo, no campo e do campo, que é extraordinária. Trata da inclusão cidadã, uma outra abordagem.

E eu acho que a gente deve muito a essa atividade, que é significativa no Brasil. Embora a atividade do campo seja, *grosso modo*, eminentemente do agronegócio, da exportação dos alimentos — não neste ano, que não teve superávit comercial, mas em outros —, quando houve superávit da balança comercial, foi exatamente por conta das *commodities* primárias. E até o enfrentamento da crise econômica se deu por conta disso. Acontece que 70% dos alimentos que se come na mesa do brasileiro vêm da agricultura familiar. Não obstante a agricultura familiar



não ter importância comercial — importância econômica tem, óbvio, na medida em que 70% dos alimentos são produzidos na agricultura familiar —, é algo que precisa da atenção devida, pelo peso real que isso tem na vida dos brasileiros. Então, é necessário que a gente tenha um olhar na perspectiva de dar um salto na abordagem da política educacional do campo e no campo.

Hoje, pela manhã, nós tivemos um café da manhã com a economista Tânia Bacelar. Tânia Bacelar é uma espécie Celso Furtado contemporânea, porque se dedica ao estudo regional, em particular do Nordeste. Ela estava demonstrando que, mesmo na agricultura, em alguns tipos de cultura que são desenvolvidas, como a da mandioca, existe um fenômeno novo. No Nordeste, é a mudança do tipo de cultivo que está sendo desenvolvido, que está migrando. A cana-de-açúcar era a principal atividade, e continua sendo, até por causa do etanol. E é bom que seja por muito tempo, porque, afinal, a preservação da matriz energética, que é uma matriz renovável, é estratégica para o País. O etanol, vamos dizer assim, é a estrela do Brasil e do Nordeste.

Eu estou tentando encontrar aqui os desafios. *(Pausa.)*

Acho que, mais do que nunca, é necessário que a gente se debruce, que a gente mergulhe nesse fenômeno da educação como sendo um dos objetos importantes de análise — desculpem-me, não consegui achar aqui o que procurava. É mudança da própria cultura, fenômenos novos naquela cultura mais tradicional de atividade no campo. Ela vai modificando. E a gente deve tirar consequências disso. Eu acho que o Brasil deve isso.

E nós temos que ter uma política mais clara, explícita, para tratar da educação no campo. Eu acho que esse é um veio, uma perspectiva para o enfrentamento que a gente tem que fazer, para tirar de fato consequências desse que é um dado estatístico real: é na agricultura que há o trabalho infantil. Para modificar, nós temos que modificar a política, a política pública, para agregar as outras políticas públicas que já estão em curso no Brasil.

Então, eu só quero fazer mesmo essa observação e agradecer mais uma vez aos nossos convidados a presença.

Toda esta reunião aqui foi gravada, parte dela pela *TV Câmara*. Está sendo gravado também o áudio. E aqui a Assessoria da Comissão Parlamentar sistematiza



todas as informações. Certamente, vocês vão deixar as exposições, para a gente poder, cada vez mais, produzir aqui um relatório que indique políticas públicas mais arrojadas, que revelem a vontade política de o Brasil virar essa página da nossa história, que é uma página que nós não podemos tolerar, a do trabalho infantil.

Muito obrigada. Bom trabalho para todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Ouvimos a nossa Relatora, a Deputada Relatora Luciana Santos.

Eu gostaria de dar 1 minuto para a Sra. Clélia Brandão e 1 minuto para o nosso convidado Tiago Manggini, para as suas considerações finais.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Desculpem-me, acabei de achar aqui: é a mudança na base agrícola do Semiárido. Todos nós sabemos, pelas condicionantes do Semiárido, por conta da seca, que todas as condições mais adversas é que potencializam situações de vida mais adversas. Em 2011, diz o IBGE que os cinco principais produtos da agricultura tradicional do Semiárido eram — aliás, são ainda — milho, feijão, mandioca, sisal e castanha de caju; 3,2 bilhões. E o que é novidade, a base agrícola nova: banana, uva, café, cana-de-açúcar e tomate geraram 3 bilhões.

Eu achei esse dado importante porque isso aqui gera uma outra condicionante das condições de trabalho de cada região, porque se tornam culturas mais lucrativas, de uma economia mais forte, principalmente — insisto — essa da cana-de-açúcar. Muitas vezes, muita gente tem preconceito em relação à cana-de-açúcar. “*Não, isso é coisa da Colônia!*” Mas a cana-de-açúcar é um bem estratégico, exatamente porque, além do açúcar em si, que continuará sendo estratégico, há o etanol, que é um combustível do futuro.

A SRA. CLÉLIA BRANDÃO CRAVEIRO - Nós queremos também agradecer. Estou aqui com dois colegas do Ministério da Educação, Maria Lúcia e Fábio. O nosso objetivo foi apresentar toda a programação do Ministério da Educação considerando que nós temos — vamos dizer assim, não é, Deputada? — as piores formas na cidade. A gente tem trabalhado muito em relação ao trabalho infantil na cidade. As piores formas, eu acho, estão urbanamente aparecendo cada vez mais. Então, a gente faz esse trabalho e todas as publicações do trabalho na escola; e as que estão diretamente, vamos dizer assim, ligadas ao campo.



A gente poderia encaminhar inclusive todo o nosso programa para a educação no campo, não só das novas pedagogias, mas também da formação de professores. Há licenciaturas novas, licenciatura para formar professores para o campo, com recursos já disponibilizados para as universidades. É uma formação inicial, é graduação. Então, a gente poderia encaminhar também todos esses programas relativos, específicos ao campo, a fim de que, caso vocês necessitem de mais alguma informação, a gente possa vir aqui e apresentar.

Mas quero parabenizá-los e dizer que o Brasil precisa acordar, mas acordar de verdade, para o sujeito que é a criança, porque a gente pode ver ainda que, quando o debate é a criança, poucas pessoas comparecem. E eu não acredito que o jovem seja o futuro do País, se ele não estiver presente. Se não estiver presente, ele não será o futuro. É preciso que a sociedade também descubra que a criança é um sujeito de direito, porque aí nós teremos condições de mais rapidamente implementar essas políticas de qualidade social.

Muito obrigada.

O SR. TIAGO MANGGINI - Eu agradeço novamente o convite e me coloco de novo à disposição para a gente seguir debatendo.

E só queria reforçar um pouco isso que a Deputada já trouxe também no finalzinho da fala dela, que são justamente esses dois grandes locais que a gente deveria ou teria que estar centrando os esforços no campo, nessa realidade que eu trouxe um pouco mais aqui. É justamente, de um lado, o aspecto econômico de fortalecer a economia dessas famílias. A gente não quer um campo vazio, e sim um campo com gente, com vida, com crianças alegres, felizes, tendo seu momento de diversão, momento lúdico de desenvolvimento cognitivo, que possam estar indo para a escola. E que possam optar se querem ou não ir para a cidade, em vez de terem de ir para a cidade como uma única alternativa.

E é aí que vem o debate da educação mesmo no campo. Eu acho que não adianta a gente tentar continuar colocando o quadrado dentro do redondo, quando for discutir essa realidade educacional, se a gente não repensar o modelo dessa escola, e não só da escola do campo, mas da educação, da escola como um todo, pegando o campo, que tem essas peculiaridades. Por que não podemos tentar incentivar que haja professores das comunidades — o que é uma realidade no



Norte, e isso é muito comum no Brasil — trabalhando nessas escolas? Há um custo para que um professor saia da cidade e vá para aquela escola no campo. Não digo do custo do adicional que o professor recebe no salário, porque é praticamente irrisório, mas está muito mais relacionado ao desgaste que isso gera no indivíduo trabalhador da educação. A gente tem experiências, em outros países inclusive, de modelos educacionais dentro do sistema diferenciados.

E há alguns sinais. A professora falava da licenciatura em educação no campo, que foi uma proposta que o Ministério construiu em conjunto com os movimentos sociais e que forma um educador diferenciado. Mas ele ainda não tem uma escola para trabalhar, vamos dizer assim. E as primeiras turmas estão se formando agora, mas você tem uma formação por áreas de conhecimento, em que você vai ter menos professores ou um profissional mais qualificado para trabalhar em turmas multisseriadas. Há muitos casos na realidade dessas escolas. Quando a gente melhora essa qualidade, a gente vai melhorar a exclusão escolar. Eu acho que isso contribui bastante para o desenvolvimento econômico, para o combate ao trabalho infantil.

Obrigado de novo.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - O Tiago chamou a atenção aqui para uma coisa, não é, Deputado? Aqui está o Deputado Paulo e o Deputado Nilmário Miranda. São poucos os homens que se preocupam com a questão infantil. Parabéns, então, aos homens aqui da nossa Comissão, porque, de fato, não pode ser um assunto só feminino; esse é um assunto do Estado brasileiro, de homens e mulheres! Então, Tiago, isso é real.

Aliás, quando a gente estuda a formulação política das Parlamentares na história do Congresso, na história da minha Assembleia, onde fui Deputada Estadual, vê que ali as mulheres têm um desempenho e um papel muito voltados para a questão infantil, para a inclusão social, para o aspecto humano como sendo foco da sua ação parlamentar. Quiçá isso se tornará, cada vez mais, um assunto de todos! É o que nós desejamos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Mais uma vez, queremos agradecer e dizer aos senhores que comparecem aqui e trazem as suas



colaborações que estas são sempre muito bem-vindas. Nas audiências públicas, nós Parlamentares sempre adquirimos muitos conhecimentos, que somam muito, principalmente numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Tudo isso que é debatido durante as audiências públicas é de grande proveito para nossa Relatora e para os demais membros da Comissão. Normalmente, em grande parte das audiências públicas que temos nesta Casa, os convidados são sempre pessoas altamente capacitadas, qualificadas, embasadas, com conhecimento, que trazem para a gente também um conhecimento mesmo sedimentado. São pessoas que falam de algo de que realmente têm conhecimento de causa, para estarem falando. E acrescenta muito a esta Casa o fato de fazermos aqui audiências públicas, estarmos debatendo todos os temas, principalmente um tema como este.

Então, a gente agradece à Dra. Clélia Brandão e ao Tiago também. E seria de grande valia para nossa Comissão o material que pudessem enviar para esta Comissão, para que os demais membros e a nossa Relatora elaborem um relatório que possa realmente surtir efeito no combate ao trabalho infantil.

Como foi demonstrado ali também, há 4 milhões de crianças fora da escola e 15 milhões em situação de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Paulo César) - Pois é, somam 19 milhões. Então, a gente vê que a questão econômica está diretamente ligada a uma reforma tributária que nunca sai, assim como a questão do trabalho infantil está diretamente ligada à questão educação. Você vê realmente o ponto de convergência para a questão do trabalho infantil: todos vão convergir para esse ponto que se chama educação, de realmente conseguir dar educação para as nossas crianças, para os nossos adolescentes.

A gente encerra agradecendo mais uma vez a vocês a colaboração que trouxeram a esta Casa, a esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 2 de abril, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Uma boa semana a todos vocês!

Está encerrada a presente reunião.